

Universidade em Ruínas na República dos Professores

Carlos Roberto Jamil Cury

Com este título sugestivo, um grupo de professores identificados com a universidade pública resolveu congregar suas reflexões em torno da mais recente crise da universidade. Como se sabe ruínas são uma passagem cada vez mais piorada (lembre-se que pior é comparativo de ruim que por sua vez procede de ruína...) de um mau estado para decadência e depois para os escombros. Em 223 páginas, dividido em 4 partes e num total de 15 textos produzidos por docentes de diferentes pontos do país, a crise da universidade é descarnada e exposta sob múltiplos pontos de vista.

O último texto, o de Marilena Chauí, serve como referência de base e de arremate para os outros textos precedentes. Como seria de se esperar, trata-se de um convite à reflexão, a um distanciamento crítico que põe em evidência as tendências hegemônicas que visam *cortar o fundo público no pólo de financiamento dos bens e serviços públicos* (214) e o apelo para que as forças democráticas lutem pela manutenção deste fundo e lhe dêem uma gestão oposta à neoliberal. Para tanto, o texto explica a construção do modelo neoliberal e suas maneiras de tratar o que não se enquadra no modelo. Se a educação superior deixa de ser direito para se tornar prestação de serviço, se o dever do Estado deixa de ser serviço público para se tornar uma função compensatória de carências, se a idéia de igualdade de condições se perde na exclusividade da igualdade de oportunidades, então a universidade deixa de ser uma instituição social inseparável da *idéia de democracia e de democratização do saber* (217) e cai na *fugacidade do mercado* (218).

Tendo o texto de Chauí como base e arremate, pode-se ler com mais clareza a maior parte dos textos que compõem o livro. O primeiro texto de Hélgio Trindade, uma espécie de texto de abertura, historiciza a trajetória dos diferentes modelos de universidade, inclusive comparativos, até a complexidade atual onde é a *própria instituição*

universitária está em crise (21) para cujo encaminhamento de solução fazem se urgentes alternativas a fim de se *retomar a iniciativa de uma agenda política para o ensino superior* (23). É preciso ler nas linhas e entrelinhas dos demais textos que esta agenda não é apenas uma análise crítica dos atuais rumos em que vai se enveredando o ensino superior.

Um destes caminhos – texto de Hélgio Trindade – discute a relação entre o setor público e privado no ensino superior na qual se vê *a dominância aplastante do sistema privado de educação superior sobre o público federal e estadual* (29). *Se é verdade que o setor público ainda mantém a hegemonia na pesquisa científica e na qualidade da formação, tal virtude corre o risco de ver sua chama apagada seja por meio de controles kafkianos seja por um sufocamento das fontes de financiamento através da insuficiência de verbas, congelamento de vagas e salários ou pela deterioração dos laboratórios de pesquisa e de espaço físico.* (30)

O texto seguinte é o de Luiz Antonio Cunha. Quase que dando continuidade à sua obra acadêmica de organização do campo do ensino superior no Brasil, o autor se propõe a descrever e analisar se há uma *fronteira em movimento* entre os setores públicos e privados. Ao lado da análise das propostas de autonomia que se sucedem para o setor público federal entre cujos objetivos estaria o fim da gratuidade, o autor aponta duas formas de movimento. A primeira se refere ao decreto no. 2.306/97 que mesmo abrandado em sua versão original (decreto n. 2.207/97) introduz *uma medida sem precedentes de vedar a imunidade fiscal que as entidades mantenedoras privadas particulares sempre usufruíram no Brasil.* (51) Por outro lado, o discurso dominante no campo vem pondo outras linhas de divisas. Assim a *demarcação interna do ensino superior deixaria de passar pela divisa entre o estatal e o privado para delimitar a diferença específica entre a excelência e a mediocridade.* (55) Em outro artigo, neste mesmo livro, o autor demonstra como pode ser falsa a acusação da irracionalidade aposta às universidades públicas. Apoiando-se em análises naturalizadoras que ignoram o processo histórico que as constituiu diferentemente no país sob vários pontos de vista como região, temporalidade e espaço, seus detratores se calcam em *prog-*

* Professor da UFMG

nósticos equivocados quanto à sua gestão. (144). E o autor indica uma série de propostas “ad intra” que possibilitem a superação de um enfoque meramente administrativo e gerencial da Universidade pública brasileira.

O texto, pequeno e provocante, de Dilvo Ristoff merece ter como citação seu final. Comparando tendências do ensino superior brasileiro com o norte-americano que investe mais e mais neste nível da educação, diz o autor: *propostas desta natureza, vindas da matriz do capitalismo, devem deixar defensores do ensino público e gratuito de nossa pátria um tanto perplexos. Afinal é difícil de entender por que, em um país como o Brasil, com salários tão baixos, temos que sempre de novo lutar pela manutenção da gratuidade do ensino público quando até mesmo a matriz, que o Brasil imita em quase tudo, está implementando a universalização e a gratuidade.* (60) Este texto é completado com outro do mesmo autor em que ele aponta e analisa estas novas orientações do ensino universitário nos Estados Unidos mais e mais implicando estados federados e União no setor público face ao que as instituições devem *exercer bem as suas funções e de, através de processos avaliativos regulares formais, prestar contas à sociedade.* (86) Mas que avaliação?

A avaliação será objeto das reflexões de José Dias Sobrinho e em dois textos. O primeiro confronta o princípio da avaliação institucional com processos de privatização da educação. Aquele princípio é fundamental para a sobrevivência da universidade. Segundo o autor *a Universidade não pode abdicar do imperativo ético e da prerrogativa histórica da titularidade da avaliação.* (62), pois é nela que seu caráter público se funda e por ela que se dá a defesa das investidas que a querem conforme ao sistema de mercado. Para tanto, o autor analisa as propostas de avaliação em que predomina o quantitativo sob uma visão utilitarista e apressada do ensino superior. Sem negar a importância e o alcance dos dados quantitativos, imprescindíveis para as dimensões gerenciais e administrativas de qualquer instituição, o autor a qualifica como insuficiente e incompleta quando ignora contextos, processos, iniciativas e impactos não mensuráveis próprios do caráter específico da universidade. Os que ignoram estes aspectos não mensuráveis ou eloqüentes só a médio e longo prazos, passam a divulgar *uma campanha de desmoralização...* (71) sobre a esfera pública. Por isso os defensores da universidade pública não podem ignorar nem a importância e relevância da avaliação e nem que ela *é um campo de disputa e que sua bandeira é a qualidade.* (165) A avaliação institucional ao dar um caráter qualitativo ao quantitativo, evita a comparação assimétrica entre as universidades mais consolidadas e as que estão em processo de consolidação, seja entre as existentes dentro de um mesmo país, seja entre países. Tal é o pano de fundo que do artigo de Nelson Amaral que nos oferece um quadro geral do alunado do sistema federal de ensino com diferentes dados para mostrar a

crise do financiamento das universidades. Para o autor, posto um pano de fundo em que a universidade é direito do cidadão e dever do Estado como serviço público, os responsáveis enfrentam e devem responder, por exemplo, a dois grandes desafios: como estabelecer critérios de distribuição do orçamento entre a IFES e como dar *garantias da manutenção de seus valores referenciados na arrecadação de impostos.* (195)

O outro artigo de Hélió Trindade vai descrever e analisar a importância do Rapport Attali, na França, cujo objetivo é o de radiografar a situação do ensino superior na França e propor caminhos para a articulação com a União Européia. Tal relatório serve como uma referência para o Brasil na medida em que se defende o caráter público da universidade, a necessidade de sua desburocratização, de sua descentralização e avaliação sob a luz do princípio do direito do cidadão e de serviço público como dever do Estado. Uma “competição controlada” entre as instituições é aceitável desde que o princípio maior do sistema universitário e da sociedade não seja o da subordinação aos ditames do mercado. É esta subordinação que conduz a uma maior seletividade elitista e conduz a universidade à decadência de sua tarefa histórica e específica.

Esta quase subordinação é posta, em suas linhas gerais e específicas, no texto de Valdemar Sguissardi. Trata-se do caso da Inglaterra. O texto serve como descrição, análise e alerta. Segundo o autor, que retoma as análises críticas de muitos intelectuais ingleses, o governo Thatcher coagiu os serviços públicos como saúde e educação *para uma privatização em sentido estrito* (99) *mediante a introdução do conceito de serviços de quase-mercado.* No tange às universidades e seu financiamento, elas *receberiam recursos financeiros como contrapartida proporcional aos fundos que obtivessem de fontes privadas, mediante trabalhos de consultoria, por exemplo.* (100) Desse modo, as propostas para a gestão da universidade, identificando o social com o empresarial, (ao contrário das idéias de formação, reflexão criação e crítica, postas por Chauí em seu texto) encontrarão as idéias de custo, contrato, cliente e preços. Tal *comportamento mercadológico* é que servirá de referência para outras experiências de caráter neoliberal. Aqui pode ser observada uma importante ausência no livro como um todo. Apesar de muitas vezes referida, a experiência chilena não foi objeto de um texto ou capítulo. Se houve tal lacuna, ela pôde ser compensada pelas análises que tomam um aliado internacional da valorização do ensino superior público. É o artigo de Hélió Trindade sobre o documento da UNESCO “Política para a mudança e desenvolvimento na Educação Superior”. Apartando-se do *comportamento mercadológico de agências internacionais*, o documento da UNESCO quer *qualificar as instituições de ensino superior em escala mundial.* (119) Esta qualificação ganhou apoio do primeiro ministro da

França Lionel Jospin que na abertura da Conferência mundial sobre o ensino superior da UNESCO, em outubro de 1998, assim se pronunciou *se o ensino superior deve se adaptar ao mercado, eu recuso a concepção mercantil segundo a qual ele poderia ser determinado mercado. O mercado é a realidade na qual agimos...como instrumento e não como razão da democracia.* (122)

É contra esta tendência gerencial que prioriza custos e preços e ignora processos históricos de constituição que Héglio Trindade vê, em seu último artigo no livro, as idas e vindas dos projetos governamentais em torno da autonomia universitária. Não se trataria propriamente de autonomia universitária strictu sensu, mas de um estreitamento para uma concepção de autonomia entendida apenas como gestão financeira. Como corolário desta visão o que se vislumbra é uma hierarquização seletiva e elitista do sistema universitário de tal modo que apenas *algumas grandes universidades federais* (176) salvar-se-iam do dilúvio e da ruína.

O texto de Afrânio Catani e de João de Oliveira dão seqüência ao raciocínio de Héglio Trindade. Se a diversificação vem se impondo como tendência do ensino superior que mostra tamanhos diferentes entre as instituições, isto não pode significar uma hierarquização classificatória e nem um alibi para afogar as pequenas e médias instituições no universo da mediocridade e das necessidades conjunturais. Por isso a missão da universidade vale para todo o conjunto do ensino superior: *a atualização da universidade faz-se por meio desta capacidade histórica de estar imersa em condições objetivas dadas, em cada tempo — espaço, mantendo-se fiel à sua natureza e motivada pela sua vocação primeira: a de ser um campo de reflexão, crítica, descoberta, invenção do conhecimento novo, comprometido com a construção e consolidação de uma sociedade democrática.* (186)

É sob esta luz que Dilvo Ristoff mostra a crise financeira, elitista e de modelo que atinge o sistema universitário e mostra como no próprio Estados Unidos, a importância do ensino superior volta a trocar a noção de custo por investimento e investimento que gera mais produtividade e cidadania. Para tanto, o Brasil não pode se conformar a crise financeira como *primeiro matador silencioso da educação* (203), junto com programas equivocados que dificultam a democratização do acesso ao setor público, incentivam a expansão sem freios do setor privado e não permitem um repensar do modelo ainda fechado das universidades.

Este novo modelo de universidade deve preservá-la como instituição e não reduzi-la à uma mera organização funcional de caráter particular que opera a inversão da qualidade em quantidade. Segundo o fundamental texto de Chauí *a instituição social aspira à universalidade. A organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares.* (219)

Os estudiosos da história da educação sabem que esta passagem do mau estado para a decadência e desta para os escombros já arruinou o sistema público de ensino fundamental e médio a partir da metade dos anos 60 e seguintes. Hoje sabe-se muito bem o quanto custou e está custando o reerguimento deste sistema. Cada pedra que rola deste patrimônio público que é a universidade é um pouco desta desfiguração que conduzirá a uma pesada herança para as gerações atuais e pósteras e cuja responsabilidade será atribuída aos que, por omissão ou atendimento de injunções conjunturais, não souberam ler nas entranhas do presente os sinais do futuro.